

## Recomendação n.º 75

### **Estratégias para as Regiões Ultraperiféricas**

Considerando a consulta pública da Comissão Europeia no âmbito da Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP)<sup>1</sup>, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) vem por este meio emitir a sua opinião:

Congratulamos os objetivos gerais desta iniciativa, orientada para reforçar a coesão territorial, melhorar a competitividade das Regiões Ultraperiféricas e adaptar as políticas europeias às suas características estruturais. Contudo, consideramos essencial que a futura abordagem estratégica da União Europeia para as RUP incorpore um enfoque operacional efetivamente ancorado no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), assegurando que os condicionantes permanentes destes territórios sejam plenamente integrados na conceção, execução e avaliação das políticas europeias.

As Regiões Ultraperiféricas europeias (RUPs) de *Saint Martin, Guadeloupe, Martinique, Guyane Française, Açores, Madeira, Canárias, Mayotte e La Réunion* combinam um conjunto único de fatores estruturais — nomeadamente a ultraperiferia, a reduzida dimensão dos mercados, a vulnerabilidade climática, a dependência do setor marítimo, limitações de infraestruturas e menor capacidade administrativa. Estas especificidades exigem um tratamento jurídico, financeiro e operacional diferenciado, que vá além de declarações de princípio e se traduza em instrumentos concretos, eficazes e adaptados à realidade de cada território. Neste contexto, torna-se indispensável que todas as iniciativas europeias aplicáveis às RUP, no quadro deste processo estratégico, integrem avaliações de impacto diferenciadas, evitando abordagens uniformes que não refletem a diversidade presente nos nossos territórios.

As RUP dispõem de um vasto potencial para a investigação marinha, promoção de aquicultura e pesca sustentável, valorização dos produtos da pesca artesanal e gestão dos ecossistemas marinhos. Para que este potencial se concretize, é indispensável um apoio reforçado da União Europeia, incluindo investimentos em inovação, monitorização dos ecossistemas, digitalização de dados, incremento da capacitação científica, promoção da adaptação às alterações climáticas e apoio estruturado às frotas artesanais.

A capacidade administrativa e técnica das organizações de pescadores e aquicultores das RUP constitui igualmente um elemento essencial para o sucesso do futuro

---

<sup>1</sup> Consulta Pública sobre *Estratégias para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*

enquadramento estratégico. A crescente complexidade regulamentar e a carga de gestão associada aos programas europeus exigem recursos humanos suficientes e especializados, estabilidade organizacional e mecanismos permanentes de apoio, inclusive por parte da Comissão Europeia.

As RUP desempenham um papel geoestratégico relevante para a União Europeia, situadas em bacias marítimas desde o Atlântico Este, Oeste ao Oceano Índico, e próximas de outras regiões de grande importância geopolítica, como América Latina e África. Esta localização apresenta simultaneamente desafios e oportunidades, em matéria de cooperação internacional, segurança marítima, diplomacia climática, vigilância de fronteiras, comércio regional e desenvolvimento de redes científicas.

Este quadro estratégico em preparação deverá assegurar que as RUP não fiquem em desvantagem no contexto da transição ecológica e digital. Para tal, é necessário prever medidas específicas para evitar o agravamento de desigualdades sociais, promover emprego jovem, criar oportunidades económicas e reforçar a resiliência climática, incluindo investimentos prioritários em proteção costeira, biodiversidade, energias renováveis adaptadas aos sistemas insulares e infraestruturas digitais.

Consideramos ainda indispensável que a orientação estratégica da União Europeia para as RUP inclua um sistema robusto de monitorização e reporte periódico, com indicadores específicos para cada RUP que permitam avaliar o impacto real das medidas a aplicar. Este sistema deverá garantir transparência, participação ativa das comunidades e a possibilidade de introduzir ajustes, sempre que necessário.

De modo a assegurar uma implementação eficaz deste processo estratégico, o CCRUP considera fundamental a criação de um mecanismo permanente de coordenação entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros e as autoridades das RUP. Este mecanismo deverá permitir o acompanhamento contínuo, a identificação precoce de obstáculos e a adoção conjunta de soluções operacionais, integrando igualmente representantes dos setores económicos, organizações profissionais, universidades e centros de investigação locais.

### O Caso das Lotas nos Açores

O sistema de lotas dos Açores desempenha um papel estruturante na recolha e organização de dados, essenciais para a produção de conhecimento técnico e científico, bem como para o apoio à gestão e à tomada de decisão no setor das pescas. Os registos de capturas - incluindo informação relativa às artes de pesca utilizadas, às embarcações, às áreas de pesca, aos volumes capturados, aos calibres do pescado e ao valor das espécies

transacionadas - constituem uma fonte indispensável para a elaboração de pareceres técnicos, científicos e de políticas públicas mais rigorosos, incluindo a determinação das possibilidades de pesca, limites de captura e outros instrumentos de gestão, bem como para o acompanhamento e a monitorização da atividade piscatória. Neste contexto, a continuidade e a modernização dos sistemas de recolha de dados revelam-se fundamentais para a implementação eficaz da Política Comum das Pescas (PCP).

Para além da sua função na recolha de informação, este sistema assegura condições adequadas de apoio à atividade produtiva, disponibilizando instalações e equipamentos que permitem o acesso ao mar, o arrumo de artes e aprestos de pesca e a aplicação de mecanismos transparentes de classificação e valorização do pescado. Estes procedimentos contribuem para uma remuneração mais justa e previsível dos pescadores, bem como para a preservação da qualidade e frescura do pescado, a redução de perdas e a diferenciação positiva dos produtos.

Assume igualmente um papel relevante de apoio administrativo e operacional aos profissionais do setor, assegurando condições que facilitam o cumprimento de obrigações associadas a prestações sociais e seguros. Este apoio contribui para reforçar a estabilidade económica dos pescadores e das suas famílias, num contexto marcado por uma forte dependência socioeconómica da atividade piscatória.

No plano ambiental, é também desempenhado um papel crescente na proteção dos ecossistemas marinhos e na redução do impacto da atividade piscatória. Destacam-se, nomeadamente, as funções associadas à recolha de lixo marinho trazido pelas embarcações, à receção e encaminhamento de artes de pesca perdidas ou inutilizadas (artes fantasma), bem como à gestão de resíduos perigosos, incluindo óleos, baterias, filtros e outros materiais contaminantes gerados pela atividade. Estas ações contribuem para os objetivos ambientais regionais, nacionais e europeus e reforçam a integração do setor das pescas nas políticas de economia circular.

Por último, constitui um espaço privilegiado de contacto entre pescadores, comerciantes, investigadores e sociedade civil, assumindo um papel relevante na promoção da literacia do oceano. Através de visitas, programas educativos e iniciativas de sensibilização, contribui para uma maior compreensão da importância da pesca sustentável, do consumo responsável e da valorização do papel das comunidades piscatórias no desenvolvimento da economia azul, reforçando a coesão social e a ligação entre a sociedade e o setor das pescas.

Assim o CCRUP **recomenda que a Comissão Europeia**, tenha em conta os seguintes elementos, na elaboração da nova estratégia para as RUP:

1. A inclusão de um **pilar específico dedicado à economia azul ultraperiférica**;
2. A **promoção de ações** que integrem as RUP **em iniciativas de vizinhança e cooperação transfronteiriça**;
3. A criação de um **mecanismo permanente de coordenação UE–Estados-Membros–RUP**, que permita acompanhamento contínuo, identificação precoce de obstáculos e soluções operacionais concertadas;
4. O **apoio a uma transição energética ecológica e digital justa**, promovendo emprego, inovação, resiliência costeira, adaptação climática e energia sustentável adequada aos nossos territórios: